

## Manifestações de rua como laboratório político – 2013 e suas emergentes formas

### Manifestaciones de calle como laboratorio político: 2013 y sus formas emergentes

Flávio José de Moraes Junior \*

**Resumo:** Neste artigo pretendemos analisar comparativamente formas de comunicação e métodos de luta de distintos movimentos sociais e grupos políticos em manifestações de rua no Rio de Janeiro entre os anos de 2013/2014. No início do século XXI houve um expressivo surgimento de movimentos sociais e grupos políticos que ficaram conhecidos globalmente como movimentos “antiglobalização”. Esses movimentos tiveram como característica central uma ação política pautada no horizontalismo, em estruturas organizacionais de inspiração libertária. A partir do ano de 2013 táticas amplamente difundidas ao redor do globo como o *black bloc* tomaram as ruas do Brasil. Nesse contexto, antigos formatos de manifestações de rua caracterizados por uma centralidade em líderes políticos de meios institucionais foram desestabilizados. Buscaremos compreender quais são os novos elementos e táticas que emergiram em 2013 nas ruas do Rio de Janeiro e quais são suas particularidades políticas em relação aos antigos formatos de manifestações de rua.

**Palavras-chave:** Manifestações de rua; Black Bloc; Comunicação.

**Resumen:** En este artículo pretendemos analizar comparativamente formas de comunicación y métodos de lucha de diferentes movimientos sociales y grupos políticos en manifestaciones callejeras en Río de Janeiro entre los años 2013/2014. A principios del siglo XXI, hubo un aumento expresivo de los movimientos sociales y grupos políticos que se conocieron globalmente como movimientos "antiglobalización". Estos movimientos tenían como característica central una acción política basada en el horizontalismo, en estructuras organizativas de inspiración libertaria. Desde el año 2013, las tácticas se extendieron ampliamente por todo el mundo, como si el bloque negro tomara las calles de Brasil. En este contexto, los viejos formatos de manifestaciones callejeras caracterizadas por una centralidad en los líderes políticos de los círculos institucionales se han desestabilizado. Intentaremos comprender cuáles son los nuevos elementos y tácticas que surgieron en 2013 en las calles de Río de Janeiro y cuáles son sus peculiaridades políticas en relación con los antiguos formatos de manifestaciones callejeras.

**Palabras-clave:** Manifestaciones de calle; Black Bloc; Comunicacion.

---

\* O autor é cientista social formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui mestrado em História Comparada pelo Programa de Pós Graduação em História Comparada (UFRJ).

## Introdução

Desde o fim do século XX temos observado uma crescente onda de manifestações contra o neoliberalismo no mundo, especialmente na América Latina. Revoltas, rebeliões, que extrapolaram os limites da política institucional, exercendo um poder direto nas ruas. Movimentos sociais e ações políticas que ficaram conhecidas globalmente como movimentos “antiglobalização”.

O termo antiglobalização, ao nosso ver, oferece poucas pistas sobre o caráter político e organizacional desses múltiplos movimentos sociais que emergiram no século XXI. David Graeber (2015) afirma que o termo antiglobalização é impreciso, dando a entender que movimento é contra a globalização, embora suas principais pautas sejam a livre circulação das pessoas, o fim das fronteiras, em suma uma globalização real. O movimento denominado de “antiglobalização” se desencadeou, paradoxalmente, por uma rede internacional chamada Ação Global dos Povos que auxiliou no surgimento de um ciclo de manifestações-bloqueio contra instituições reguladoras do capitalismo. As ações propostas por essa rede influenciou fortemente o ressurgimento de métodos com inspiração anarquista nas ruas do mundo inteiro.

Como Ludd (2002) afirma, a rede Ação Global dos Povos foi gestada em 1996, quando o movimento *zapatista* organizou um encontro internacional para discutir estratégias contra o capitalismo e sua atual face, o neoliberalismo. No ano seguinte, na Espanha, a rede foi articulada, englobando desde o Movimento Sem-terra do Brasil ao sindicato dos agricultores de Karnataka (KRRS) da Índia, que reuniram sob quatro pontos de partida:

1 - Uma rejeição explícita das instituições que as multinacionais e os especuladores construíram para tomar o poder das pessoas, como a OMC e outros acordos de liberalização do comércio (como a APEC, A UE, a NAFTA etc); 2 - Uma atitude de confronto, uma vez que achamos que tentar influenciar, participar possa ter grande impacto nessas viciadas e antidemocráticas organizações, nas quais o capital internacional é o único verdadeiro orientador das políticas. 3 - Uma chamada para desobediência civil não-violenta e a construção de alternativas locais pelas comunidades locais como resposta para ação dos governos e corporações e 4-Uma filosofia organizacional baseada na descentralização e autonomia” (LUDD, 2002, p. 15)

O movimento articulou manifestações para impedir a reunião de organizações e instituições multinacionais no mundo inteiro, apresentando novas formas de conduzir manifestações de rua, com a presença de grupos e movimentos sociais descentralizados e o uso da tática *Black Bloc*. Houve um intenso ciclo de lutas: Em Londres contra a OMC em 1999, em Seattle em 1999, que ficou conhecido pela “Batalha de Seattle”. Apenas nos anos 2000 tivemos manifestações em Washington e Los Angeles contra o FMI e o Banco Mundial, em Praga contra o FMI, em Quebec contra a ALCA e em Gênova contra o G8 e o FMI.

Na América Latina o ciclo de luta contra o neoliberalismo foi marcado pela resistência indígena, a luta dos desempregados, dos camponeses, a luta regional contra a privatização de recursos naturais. Desde das últimas décadas do século XX assistimos revoltas de grande proporção na Argentina, com ação descentralizada, piquetes e bloqueios nas estradas, na Bolívia na chama “Guerra da água”, no México com os zapatistas e no Brasil com ações diretas do Movimento Sem-Terra.<sup>2</sup>

Assim como mostra Moraes (2018a), desde o *caracazo* na Venezuela em 1989, passando pelos zapatistas em 1994, os *piqueteros* em 2001 na Argentina, as revoltas indígenas no Equador e na Bolívia em 2003-2006 e a luta dos estudantes no Chile em 2011-2014, apontavam para uma novo horizonte político. Um novo repertório de ação de movimentos sociais se apresentava.

A partir do ano de 2013 diferentes métodos de lutas largamente difundidos globalmente emergiram nas manifestações de rua no Brasil. Em 2013 as revoltas, as greves e as insurreições aconteceram em abundância. As manifestações englobaram uma diversidade de lutas e causas. Moraes (2018b) define as manifestações de 2013 no Rio de Janeiro como:

“(…) uma rebelião popular auto-organizada sem uma direção centralizada que comandasse o processo. Assim, se formaram *os black blocs* e outros grupos de ação. A horizontalidade, a descentralização de inúmeros coletivos e indivíduos participantes, as roupas e bandeiras negras, *revival* dos símbolos do anarquismo, junto com a ação direta deram a tônica do movimento.” (MORAES, 2018b, p.32)

No ano de 2013, o Estado brasileiro vivia a efervescência da preparação para sediar a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016. Em particular, a cidade do Rio de Janeiro,

<sup>2</sup> Ver mais em: Seoane, José, *Movimientos sociales y recursos naturales en América Latina: resistencias al neoliberalismo, configuración de alternativas*. Sociedade e Estado.2006. Link: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=339930883006> (acessado em 21/02/2020)

como sede da Olimpíada e do encerramento da Copa do Mundo, passou por diferentes transformações urbanísticas, sofrendo profundamente o impacto dos megaeventos e a lógica do "legado urbano" - uma estratégia de desenvolvimento atrelado ao mercado imobiliário. Cabe salientar, que os megaeventos representaram para parte da cidade a negação do direito à moradia aos pobres, seja pela remoção direta pelo Estado ou pelo processo de gentrificação (ROLNIK, 2014). Segundo o Dossiê “Megaeventos e Violações de direitos Humanos no Rio de Janeiro” (2014), produzido pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas, as obras desses megaeventos removeram 4.772 famílias na cidade do Rio de Janeiro, outras 4.916 famílias estavam ameaçadas de serem removidas.

Os serviços públicos como saúde e educação estavam (e ainda estão) em condições deploráveis. A propaganda da cidade como modelo de prosperidade irritava o carioca que enfrentava uma luta diária para conseguir se deslocar para o trabalho e para casa. Um trabalhador que mora em Campo Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro, por exemplo, demora em média 2 horas para se deslocar até o Centro da Cidade. Em um ano esse trabalhador gasta, em média, um mês da vida dele dentro de transportes lotados e superfaturados. O salário mínimo de R\$678,00 reais (2013) vinha sendo corroído por máfias do transporte público que cobravam altas tarifas por um serviço torturante.

No fim do ano de 2018, Jacob Baratta - o empresário considerado “O rei do Ônibus” por controlar parte do transporte rodoviário no Rio de Janeiro - confessou em depoimento que pagou mais de 145 milhões de reais em propinas para o governo de Sérgio Cabral<sup>3</sup>. Assim como mostra Moraes (2018b), a passagem de ônibus de 1994 à 2013 teve um aumento de 1000%, enquanto a inflação deste mesmo período não passou de 350%.

O governo de Sérgio Cabral, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), fez parte da coalizão de governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Sua eleição foi apoiada por Lula e Dilma e os partidos trabalharam em cooperação para a eleição no âmbito estadual e federal. Cabral colocou em execução as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPS), uma militarização do cotidiano das favelas do Rio de Janeiro, uma política de extermínio da população pobre e negra. Essa política teve como objetivo central conter as periferias para execução bem-sucedida dos megaeventos. A Anistia Internacional constatou que em 2014 houve um aumento considerável do “uso da força letal” pela polícia e em 2016 o mesmo ocorreu. A conclusão da Anistia Internacional foi que os megaeventos aumentam o número

---

<sup>3</sup> Confira a denúncia no Ministério Público Federal por meio do link: [http://www.mpf.mp.br/rj/sala-de-imprensa/docs/pr-rj/DENUNCIA%20PONTO%20FINAL%201\\_Redigido.pdf](http://www.mpf.mp.br/rj/sala-de-imprensa/docs/pr-rj/DENUNCIA%20PONTO%20FINAL%201_Redigido.pdf) (acessado em 21/05/2020)

de mortes pela polícia. Entre 2015 e 2016, por exemplo, houve um aumento de 103% em homicídios realizados pela polícia.

Assim como indica Simone da Silva Ribeiro Gomes (2014), a violência policial foi a mais emblemática pauta dos movimentos de junho de 2013. Segundo Gomes (2014), a partir de julho a pauta contra a polícia se intensificou. O desaparecimento do ajudante de pedreiro Amarildo, na favela da Rocinha (RJ), foi um marco no levante de 2013, nas ruas ouvia-se abundantemente gritos de “cadê o Amarildo?”, assim como o canto: “sem hipocrisia essa polícia mata pobre todo dia” ou “não acabou, tem que acabar, eu quero o fim da polícia militar”. As manifestações de rua evidenciaram estruturas arcaicas da polícia militar e sua violência que extrapola até mesmo a legalidade plutocrática, suscitando um debate na sociedade.

No geral o aumento de 20 centavos na tarifa do transporte público é indicado como o estopim das manifestações de rua e, de fato, essa condição foi muito importante, já que havia diversos movimentos sociais organizados em torno desta pauta. Entretanto, acreditamos que havia um conjunto de muitas variáveis que consolidaram o processo de revolta no Rio de Janeiro, bem como apontamos acima: as UPPs, as remoções, as condições precárias dos serviços públicos foram também determinantes. A visibilidade que as ações políticas passaram a ter a partir dos megaeventos, contribuíram também para o levante.

Segundo indicado na pesquisa de Moraes (2018b), a maioria dos analistas parte de uma perspectiva de São Paulo, focada no Movimento Passe Livre, mas as manifestações no Rio de Janeiro apresentaram aspectos distintos da capital paulista. O Movimento Passe Livre propagou ideias para o Rio de Janeiro, mas não teve agência direta nas manifestações que ocorreram aqui. As manifestações no Rio de Janeiro foram inicialmente organizadas pelo Fórum de Lutas contra o Aumento das Passagens, composto por militantes autônomos, anarquistas, comunistas e militantes de partidos de esquerda. Posteriormente, a Frente Popular Independente que aglutinou diversos grupos e militantes independentes, uma aliança entre anarquistas e comunistas, foi também um importante espaço de articulação.

Em 2013 acompanhei as manifestações de rua em uma observação participante, registrando em diário de campo alguns acontecimentos e dinâmicas. Em 2014 passei a filmar as manifestações de rua dando atenção as novas formas de manifestar introduzidas a partir de 2013, sobretudo o conflito muito recorrente entre os integrantes da tática *black bloc* e os carros de som, que deu origem ao curta-metragem “O que não se fala nos carros de som (2018)”. Nessas manifestações pude notar o ressurgimento/surgimento das assembleias

autogestionadas, os bloqueios nas estradas, as tática *black blocs*, que em nossa perspectiva, modificaram de forma permanente a atuação de manifestantes brasileiros nas ruas.

Neste artigo pretendemos elaborar uma análise comparada de dois repertórios de ação distintos presentes nas manifestações de rua no Rio de Janeiro em 2013/2014, o que chamaremos de molde espetáculo-espectador e o modelo insurgente. Com base em um levantamento bibliográfico e a observação participante, nos atentaremos as semelhanças e diferenças.

O primeiro modelo tem por essência a dualidade, constituído por uma massa de espectadores e uma minoria que promove o espetáculo. Essa minoria é constituída por representantes e lideranças institucionais que ficam incumbidas de promover a manifestação. Um dos principais instrumentos dessa manifestação-espetáculo é o carro de som, o maior símbolo da dualidade entre base e direção. Nele as organizações institucionais exibem seus quadros políticos e suas diretrizes. Em nossa hipótese, esse modelo foi amplamente hegemônico no período de 1985 ao ano de 2013. Já o modelo insurgente, tem como base a desobediência civil e a ação direta. Essa forma se estrutura e se comunica de maneira descentralizada. Sua postura pode ser sintetizada pela frase “Não tem arrego!” Essa frase foi pichada e cantada frequentemente por integrantes da tática *black bloc*. A negação do “arrego” representa a negação de uma possível negociação ou mediação. Os trajetos do modelo insurgente não são negociados e nem seus horários. A ação insurgente busca agir politicamente de forma direta e não apenas simbolicamente ou discursivamente nas manifestações de rua. Em nossa hipótese, esse modelo de manifestações sempre esteve presente na América Latina, entretanto ganhou grande adesão nas manifestações de rua de 2013/2014 devido à influência de táticas e métodos de movimentos sociais que emergiram globalmente no século XXI.

### Apontamentos teóricos

Enquanto ferramenta teórica para analisar os diferentes formas de conduzir manifestações de rua nos será caro o conceito de Gordon (2015) de ação direta. No qual o autor define o conceito como: “intervenção não-mediada para confrontar injustiças e construir alternativas ao capitalismo”, incluindo operações de sabotagem, centros sociais, hortas comunitárias, piquetes, ações destrutivas e defensivas dentre outros. A ação direta está intensamente ligada à “política prefigurativa”, expressando as ideias de descentralização, igualdade e liberdade dentro da própria estrutura e método utilizado. Está

vinculado diretamente a noção política de que os fins não justificam os meios. Que uma ação política deve tentar reproduzir a sociedade que se deseja construir.

Os novos repertórios de ação coletiva, luta e resistência descentralizada, à margem da institucionalidade política, baseados no enfrentamento direto às forças policiais, no bloqueio de estradas, as assembleias, as ocupações de espaços públicos, tem um aspecto em comum: a política prefigurativa. Dentro das suas próprias ações esses movimentos criam uma forma de sociabilidade que é baseada diretamente na igualdade e na possibilidade da participação de todos. A ação direta e a política prefigurativa são conceitos relevantes para compreensão desses novos movimentos sociais e grupos horizontais que emergiram em 2013 no Brasil.

Nicolas Walter (2000) afirma que a ação direta é um termo que surge no sindicalismo revolucionário para diferenciar a ação política (parlamentar, institucional) e a ação direta dos trabalhadores, enquanto ação industrial (greve, sabotagem etc). A greve e o boicote eram encarados enquanto um preparativo para a revolução, uma política prefigurativa. Ação direta é uma forma de construção de uma sociedade libertária dentro de uma ação coletiva.

Utilizaremos o conceito de Simbolismo Performático empregado por Francis Dupuis-Déri (2014) no livro no qual o autor analisa a ação e o caráter da tática *Black Bloc* em diferentes recortes temporais e espaciais. Dupuis-Déri (2014) estuda o sentido estético de manifestações de rua fazendo referência ao antropólogo Jeffrey Juis que utiliza o conceito simbólico-expressivos. Aplicaremos o conceito de simbolismo performático nas manifestações de rua de 2013 no que concerne a ação que tem como objetivo comunicar ideias através de performances políticas. Compreendendo aqui, por exemplo, a quebra de vitrines de bancos e a depredação de lojas de grandes empresas como uma performance.

Utilizaremos o conceito de Não-violência empregado por Gelderloos (2011). O autor mostra que a não-violência, em muitos casos, foi utilizada como estratégia de controle e manutenção de dinâmicas autoritárias. A não-violência ou ativistas não violentos para o autor, são grupos ou indivíduos que condenam e buscam desqualificar moralmente, denunciar e desencorajar ações violentas.

Também utilizaremos o conceito de “fabricação de consenso” de Noam Chomsky (2013). O conceito é fundamentado na sua concepção de democracia como “democracia do espectador”, onde as classes dominantes juntamente aos meios de comunicação fazem um sistemático trabalho de propaganda com o objetivo de estabelecer consensos na opinião pública.

Por fim, definimos a partir da pesquisa no OTAL<sup>4</sup> que utilizaremos a terminologia “levante” para se referir as manifestações de rua de 2013/2014, pois acreditamos que se adequa melhor a situação histórica do que “ciclo” ou “jornadas de junho”. O primeiro ponto é que no Rio de Janeiro as manifestações não foram resumidas ao mês junho. O fim de 2013 e o ano de 2014 no Rio de Janeiro apresentam acontecimentos políticos importantíssimos, como: a greve dos garis, a greve dos rodoviários e a greve dos professores. Analisaremos o levante 2013/2014 não procurando esgotar as análises ou narrar factualmente por completo o levante, mas identificar e analisar repertórios de ação dentro das manifestações de rua.

### Breves apontamentos metodológicos

Utilizaremos nesse artigo uma metodologia baseada na comparação entre formatos de manifestações de rua, buscando identificar semelhanças e diferenças de formatos de lutas e reivindicações sociais. Segundo a definição clássica de Marc Bloch (1998), o bom emprego do método consiste em comparar duas séries análogas e sincrônicas de meios sociais distintos, “localizar as diferenças e buscar fatores que as determinam, e fixar regularidades manifestadas entre dois ou mais processos observados” (BLOCH, 1998, p. 416).

Buscaremos as semelhanças e diferenças nos repertórios de ação coletiva de distintos grupos nas manifestações de rua. Também recorreremos à outras conjunturas históricas a fim de elaborar comparações para melhor compreensão dos eventos. A utilização do método comparado possibilita uma iluminação recíproca dos fatos históricos. Comparando dois modelos de manifestações de rua, buscaremos compreender suas semelhanças, diferenças e regularidades, compreendendo também quais são os elementos que o levante de 2013/2014 traz de novo para as manifestações de rua no Rio de Janeiro.

### O modelo espetáculo/espectador

O Levante de 2013/2014 representou para a história do país uma ruptura de um determinado *modus operandi* de reivindicações sociais e manifestações de massa. Se projetarmos as últimas três décadas da história do Brasil e analisarmos as condições estruturais das manifestações de rua, notaremos que estas tem características bem

---

<sup>4</sup> Observatório do Trabalho na América Latina. Em alguns artigos de análise conjuntura publicados por Wallace Moraes, podemos notar a utilização do termo “levante” para classificar 2013. Em 2018, na publicação do seu livro o autor optou por “Revolta dos governados” e “Revolta do vinagre”. Confira no link: <http://www.ot.al.ifcs.ufrj.br/> (acessado 20/03/2019)

específicas, como: trajeto da manifestação pré-estabelecido por um conjunto de lideranças e negociado diretamente com os órgãos de repressão do Estado; carros de som de alta potência com acesso ao microfone restrito às lideranças sindicais, partidos políticos e, por vezes, artistas do meio da música e da televisão. Este modelo foi o cenário das "Diretas Já!" (1983-1984), movimento que uniu a esquerda institucional e parte da direita após a redemocratização do Brasil para luta pela implementação de eleições diretas, levando milhares às ruas. O movimento fracassou na conquista desta pauta específica, mas seu modo de organização de manifestação de rua permaneceu.

Os comícios da "Diretas Já!" (1984) no Rio de Janeiro foram realizados com amplo apoio do governo estadual. Os equipamentos de som e palanques eram "cedidos" pelo próprio Estado. Esses comícios incluíam a presença de múltiplas lideranças: Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Fernando Henrique Cardoso, Lula... dentre outros. Era o modelo espetáculo/espectador em toda sua plenitude onde o manifestante assistia inclusive à atrações artísticas. (OLIVEIRA E MARINHO, 2012)

Nery (2014), aponta que as "Diretas Já" em São Paulo tinham um orador oficial, Osmar Santos, narrando "momentos emocionantes: a chegada ao palco de um boneco gigante do senador Teotônio Vilela (PMDB-GO), ao som da música o Menestrel das Alagoas" (NERY, 2014, P.249), assim como "Fafá de Belém soltando uma pomba branca; a Orquestra Sinfônica de Campinas tocando a Quinta Sinfonia de Beethoven (..)" (NERY, 2014, p. 249).

Já em 1992, o movimento "caras pintadas" apresentou um tipo de manifestante mais ativo, mas ainda pacifista e espectador. Eugênio (1994) afirma que em 1992 show, carnaval e manifestação política deixaram de ser auto excludentes. Muitos manifestantes se inspiravam na novela da Rede Globo, "Anos Rebeldes". Os rostos pintados de verde e amarelo, os carros de som, as lideranças se tornaram símbolos fortes dos "caras pintadas". Dias (2008) afirma que, em São Paulo, no dia 18/09/1992, na Avenida Paulista, houve uma grande passeata ao som de "alegria, alegria". Gravada por Caetano Veloso em 1968, a música havia sido tema da novela "Anos Rebeldes" e se tornou hino dos "caras-pintadas".

Todos esses repertórios de ação coletiva e modos de se comportar em uma manifestação de rua destoam muito das formas insurgentes. Sua insatisfação é justamente com a democracia do espectador (CHOMSKY, 2013). O ímpeto do manifestante insurgente é atingir na sua própria ação política uma finalidade concreta, onde não existe espaço para representantes políticos.

As formas de comunicação do manifestante insurgente necessitam da participação coletiva para serem realizadas. Elas demandam uma atividade política contínua nos jograis, cantos, ações diretas e simbolismos performáticos. Além do mais, o manifestante que está disposto a desobedecer às autoridades não carrega consigo grandes parafernálias, mas utiliza a coletividade como tática de potencialização de sua força. Ele é um manifestante ativo, disposto a se movimentar por trajetos indefinidos.

Os repertórios de ação que as manifestações de rua nas Diretas já! (1984) e no recorte dos Caras Pintadas (1992) podem ser classificados como o modelo espectador-espetáculo. Essa forma e ideia de conduzir manifestações de rua foram herdadas dos movimentos institucionais. A mística do palanque e palco ainda são centrais para política eleitoral. Esse modelo é pacificador porque oferece ao Estado uma manifestação de rua previsível e controlável. Essas formas foram amplamente questionadas pelo levante de 2013/2014 que teve como característica principal a descentralização, rejeitando a lógica da política institucional e o seu direcionamento por lideranças hierarquicamente superiores.

Um aspecto central de uma manifestação é sua comunicação interna, isto é, como a informação circula entre os manifestantes. Panfletos, jornais, cartazes, megafones, carros de som e o chamado microfone humano são formas de comunicação interna. Podemos notar que os dois modelos em questão apresentam formas distintas de se comunicar e agir nas manifestações de rua. Os setores da esquerda institucional, tem como prática a utilização de carros de som para propagação de suas ideias políticas. Mais recentemente, após 2015, os ultraliberais e fascistas tem feito uso destes mesmos equipamentos de som. Em nossa hipótese, o uso do carro de som está atrelado à representação e à disputa eleitoral, princípios da chamada democracia concorrencial ou democracia minimalista.

O carro de som consiste em uma estrutura de palanque em um caminhão, que possibilita uma altura distinta da base e projeta amplamente a voz de lideranças por meio de potentes equipamentos de som. Esta estrutura implica na comunicação interna uma centralização do direito à voz em determinado grupo de pessoas ou em uma vanguarda política. O carro de som domina a fala em sua redondeza e não dá o direito ao manifestante de responder ou dialogar. Uma estrutura de palanque, lugar do discurso publicitário, sem surpresas ou debates. O recorte social que utiliza esse instrumento reflete diretamente a política eleitoral que é constituída majoritariamente por homens brancos de meia idade.

A estrutura da democracia liberal impõe modelos centralizados em personalidades e oradores específicos. O palanque e os carros de som são lugares do discurso da política institucionalizada, fortemente comprometida com as demandas das disputas eleitorais. A centralidade que o discurso do representante, do orador, tem na organização política da esquerda institucional gera uma demanda comunicacional centralizada e personalista.

Para um carro de som sair às ruas, ele deve negociar sua saída com a polícia, informar às autoridades o trajeto que irá percorrer e o horário de início e fim da manifestação. Os policiais constituem um canal de comunicação com lideranças, passando a responsabilizar esses representantes pela condução da manifestação. A polícia utiliza essa estratégia para criar uma espécie de extensão de sua autoridade. Ela concede alguns privilégios de movimentação e um pacto de não-agressão e, em troca, esses grupos ficam responsabilizados de conter ações que estejam fora do previsto em relação a trajeto e horário, bem como ações violentas.

Dessa forma a polícia cria uma cisão no movimento, provocando um conflito entre adeptos da tática *black bloc* e as lideranças partidárias. As ações violentas da polícia, inclusive contra os movimentos que utilizam os carros de som, ficam justificadas sob o argumento de que um trato foi rompido por manifestantes desobedientes.

A tentativa de controle das ações violentas dos manifestantes é exercida não apenas pelos aparelhos repressivos do Estado, mas também pelos sindicatos e partidos verticalizados. Em nome de uma “opinião pública positiva” e um bom relacionamento com a polícia, muitas vezes movimentos isolam e atacam grupos que apresentam qualquer linguagem subversiva. Tudo que foge ao controle é taxado de violento, mesmo que não seja.

O pacifismo se apresenta aqui em uma configuração muito distinta daquela que Gandhi apresentava. Assim como indica Graeber (2015), “a ideia de que Gandhi se preocuparia com algumas vitrines quebradas é insana” (GRAEBER, 2015, p. 152), segundo o autor, Gandhi sempre se negou a condenar a ação de grupos que utilizavam a violência como método de luta anticolonial. Nós estamos falando de explosão de trens, ataque armado e etc, não estamos nos referindo à meia dúzia de vitrines quebradas. Como Graeber (2002) indica, alguns pacifistas se tornam violentas polícias da paz, condenando manifestantes e justificando a violência do Estado.

Os carros de som, os palanques e outras formas tradicionais de comunicação buscam em uma manifestação transformar revoltas e insurgências em reivindicações compatíveis com limites institucionais. Reproduzem uma lógica de mercado com estruturas que implicam custos elevados, licenças do Estado, canais de comunicação aberta com os setores da repressão. O modelo espectador-espetáculo pautado nos carros de som, reproduz uma lógica eleitoral na manifestação de rua, onde o poder de fala é dimensionado pela quantidade de dinheiro que sua organização dispõe para gastar e pela qualidade de seu relacionamento com a máquina do Estado.

O estabelecimento deste meio de comunicação afeta diretamente o modo como as relações se dão dentro das manifestações de rua, “a mudança do ambiente comunicacional afeta diretamente as normas de construção de significado e, portanto, a produção de relações de poder” (CASTELLS, 2013, p. 15). O que o Carro de som produz é uma relação de poder desigual, na qual um pequeno grupo é privilegiado, impondo suas leituras e significações. O carro de som pode ser enquadrado no que Chomsky (2013) denominou de Fabricação de consenso. Assim como já mencionamos, o autor concebe o atual sistema de democracia liberal como “democracia do espectador”, onde a maioria das decisões são tomadas por especialistas e o restante da população apenas assiste. A opinião dos espectadores é moldada por meio de propaganda sistemática a fim de que aceitem enquanto consenso as decisões tomadas pela cúpula dos governantes.

O carro de som é uma estrutura que reflete a Democracia do espectador, onde a maioria dos manifestantes é conduzido por uma casta de especialistas em posições de poder superiores, fabricando consensos quanto aspectos políticos da manifestação. Independentemente da corrente política institucional do partido, sindicato ou movimento social, o carro de som é utilizado como uma máquina de propaganda do pacifismo.

O levante de 2013/2014 questionou uma série de consensos políticos, impactando diretamente também as formas como são conduzidas as manifestações de rua. A forma insurgente rejeita a ideia de liderança e, com isso, rompe com a estrutura da esquerda oficial, herdada das “Diretas já” (1984) e do movimento Caras Pintadas (1992). Novas práticas surgem nas manifestações de rua no Rio de Janeiro e elas desafiam o lugar do militante profissional, do especialista em manifestações, questionando a segmentação que essa divisão gera e sua própria natureza conservadora.

O *black bloc* é uma forma expressiva de ação coletiva, uma tática que consiste em formar blocos de manifestantes vestidos todos de preto, encapuzados com o objetivo de preservar seu caráter anônimo, criando uma massa homogênea, dificultando a identificação desses manifestantes em ações de monitoramento. (DUPUIS-DÉRI, 2014)

O livro intitulado “Black Bloc” de Dupuis-Déri (2014) apresenta uma análise relevante sobre a tática *black bloc* e suas origens. O autor (2014) indica que a tática surgiu nos *autonomen*, os movimentos autonomistas em Berlim Ocidental, ligados à várias lutas como: feminismo radical, ambientalismo, anarquismo e leninismo. Os *autonomen* ocupavam prédios e enfrentavam a polícia com capacetes, tapando os rostos e vestidos de preto, muito provavelmente esses grupos deram origem a tática *black bloc*. Assim como indica o autor, o termo *black bloc* foi criado pela polícia alemã. Confira:

Os *Black Blocs* apareceram, pela primeira vez, em Berlim Ocidental durante o inverno de 1980, quando três policiais evacuaram brutalmente prédios ocupados por militantes do movimento autonomista. Decididos a defender sua moradia, estes militantes formaram os primeiros *Black Blocs* — expressão lançada pela polícia alemã — que enfrentaram os policiais em violentos combates de rua. *Black Bloc* é um tipo de ação coletiva, uma tática. Aqueles e aquelas que desejam formar um *Black Bloc* apresentam-se durante uma manifestação com roupas e máscaras negras — reconhecendo-se facilmente, podem, então, constituir um contingente. (DUPUIS-DÉRI, 2016, p. 68)

Segundo o autor, a tática também foi aplicada na Alemanha por ocasião de uma reunião do Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, quando manifestantes formaram blocos negros bloqueando ruas. A tática se difundiu amplamente nos EUA e Canadá, onde foi utilizada em manifestações contra supremacistas brancos, nos movimentos antiguerra (guerra do Golfo) e nas manifestações de bloqueio contra organizações gestoras do capitalismo mundial.

O Livro organizado por Ludd (2002), *Urgência das ruas: Black Block, Reclaim The Streets* e os Dias de Ação Global, apresenta um formato inovador, compilando comunicados, textos de coletivos, mensagens anônimas e narrativas de um ciclo de manifestações ao redor do

mundo que ficou conhecido como Ação Global dos Povos. Nessas manifestações o objetivo central era impedir e boicotar as reuniões dos grandes reguladores internacionais: Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio dentre outros. O livro narra batalhas épicas, dentre elas, a de Seattle contra a OMC em 1999; em Praga contra o FMI no ano 2000 e em Gênova contra o G8 e o FMI em 2001. A reunião de mensagens e artigos é um convite para quebra de preconceitos com a tática *black bloc*, ela explora características, objetivos políticos e ricas discussões sobre formatos de manifestações de rua.

Podemos identificar também a presença do *black bloc* na América Latina, na Argentina com chamados *piqueteros* (2001) e na última década a tática esteve fortemente presente na luta estudantil no Chile e no México (MORAES, 2018b). Seoane (2006) indica a emergência de formas de se manifestar distintas na década de noventa na América Latina. Esses movimentos rurais e urbanos estariam mobilizados pela luta contra o neoliberalismo. São movimentos indígenas, camponeses, assim como movimentos de trabalhadores urbanos que foram caracterizados por uma territorialização, seja na luta por recursos naturais como o caso da Revolta da água na Bolívia em 2005, ou pelo bloqueio de estradas e constituições de assembleias populares, como na Argentina em 2001. Esses movimentos fizeram o inverso do neoliberalismo, ao invés de privatizar, eles se apropriam de espaços/recursos tornando-os público, uma territorialização produtiva e coletivista.

Em nosso ponto de vista, a tática *black bloc* se difundiu rapidamente porque todos os repertórios de ação, já estavam presentes nas populações da América Latina, resistir à polícia tacando pedras e tapando o rosto é um costume que muitas gerações de latino-americanos tiveram que aprender. O *black bloc* ofereceu uma certa sistematização que pode ter oferecido algumas vantagens.

A tática *black bloc* não é uma organização ou grupo estruturado, mas dentre os adeptos no Rio de Janeiro, podemos notar constantes em seu comportamento e modo de manifestar. Os adeptos da tática, em parte, se organizam em grupos de afinidade, assim como indica Francis Dupuis-Déri (2016):

Um grupo de afinidade é geralmente composto de meia dúzia a algumas dezenas de membros. A afinidade entre os membros explica-se pelos vínculos que os unem — são amigos, colegas de estudo, de trabalho ou de grupos políticos —, e eles possuem uma sensibilidade

compartilhada com relação ao tipo de ações que pretendem realizar, sobre o modo de realizá-las, assim como sobre as modalidades de interação sociopolíticas que desejam estabelecer e manter entre eles. (DUPUIS-DÉRI, 2016, p.70)

Na maioria dos casos os integrantes da tática não conhecem todos os grupos de afinidade e muitos podem ser classificados como integrantes “flutuantes”, que utilizam a tática *black bloc* de forma descontínua. Mas existem grupos que criaram uma regularidade em suas presenças e com isso desenvolveram códigos comuns e signos próprios. Esses manifestantes viveram “batalhas” em comum, “derrotas” e “vitórias” que são narradas. As músicas e os cantos de autoria própria evidenciam isso, a experiência da tomada da ALERJ é cantada em comum<sup>5</sup>, porque foi vivida por parte desses integrantes em conjunto, por exemplo. É preciso ressaltar que os adeptos se diferem em causas e ideologias, são comunistas, ecologistas, mídia-ativistas, anarquistas, feministas, punks, dentre muitas outras e outros que por vezes nem mesmo se conhecem. Entretanto carregam códigos em comum que incluem desde músicas, formas de comunicação descentralizadas, a inspiração na democracia direta e a rejeição à hierarquia institucional.

Esther Solana Gallego (2014) realizou em São Paulo no ano 2013/2014 uma pesquisa a respeito dos *Black Blocs*, acompanhando manifestações e realizando entrevistas com os chamados “mascarados”. A autora identifica o que denominou de “Violência comunicativa”, onde por meio do discurso dos manifestantes identifica que a violência para os integrantes do tática tem um caráter performático, comunicativo. A violência é encarada como uma forma de desencadear uma reação social, ela exterioriza a crença de que os mecanismos de participação política na gestão do Estado são ineficientes.

Os integrantes da tática muito provavelmente são os manifestantes que mais rejeitam o modelo de democracia atual, eles não têm aspirações eleitorais. Esse modo de ver é comunicado por suas ações nas manifestações de rua. Essa ampla rejeição à institucionalidade também gera uma gama de reações nos partidos políticos, sindicatos, *ongs*, que não conseguindo absorvê-los, muitas vezes os classificam como vândalos, arruaceiros, contribuindo ainda mais para uma estigmatização do grupo. A tática é vista na mídia e na

---

<sup>5</sup> O canto: “Rio de Janeiro sensacional, tomou a ALERJ com pedra pau”, esse canto foi adaptado de uma música feita pela torcida do clube de futebol carioca Vasco da Gama. Ele faz alusão à manifestação do dia 17 de junho de 2013, onde manifestantes cariocas por pouco não conseguiram incendiar a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ).

academia, não muito distante dos manuais da polícia, “uma deturpação da ordem pública”. E de fato, a tática deturba a manifestação ordeira e conservadora.

Camila Jourdan (2018) aponta que 2013 foi o ano de surgimento do *Black Bloc* no Brasil. Segundo a autora, a tática expressou uma crítica radical contra o Estado, o monopólio de transporte, a polícia, o próprio sistema capitalista. Jourdan (2018) rejeita a classificação de “alienados” ou despolitizados para se referir à grupos que não estavam organizados em estruturas convencionais, “as pessoas sabem muito bem o que as oprime e é sempre bom ressaltar que nenhum intelectual esclarecido precisa contar isso para elas” (JOURDAN, 2018, p. III).

Um dos signos em comum na maioria dos integrantes da tática é a inspiração neozapatista<sup>6</sup>. Pude notar a presença de símbolos e imagens neozapatistas entre diferentes segmentos. Talvez seja um ponto de encontro, a admiração da luta de indígenas no México e sua construção radical de democracia, como os próprios zapatistas a definem: uma democracia abaixo e à esquerda. A inspiração se conecta também na relação com o anonimato, os neozapatistas utilizam os chamados “*passamontanhas*” que tapam os rostos dos guerrilheiros, “tapamos o rosto, para que possam ver nossos corações”, diz a frase neozapatista. Não estamos comparando a ação dos neozapatistas com os *black blocs*, mas sem dúvida integrantes da tática *black bloc* se inspiraram na ação política e o discurso da EZLN.

A homogeneidade do anonimato visa dar mais visibilidade a um conjunto de indivíduos do que uma personalidade, ao mesmo tempo que confere uma liberdade individual de ação. É paradoxal, esses integrantes, que muitas vezes eram invisíveis na política, quando taparam seus rostos ganharam a visibilidade de toda sociedade, projetos de lei, discursos oficiais. A atenção dos governantes estava empenhada em liquidar o movimento, mas não deixa de ser uma visibilidade. A tática, na maior parte das vezes, foi visibilizada pela mídia e pelos governantes porque atacou a propriedade privada. As imagens de enfrentamento com a polícia também atraíram a atenção das câmeras.

Losekann (2014) analisando o caso da cidade de Vitória – Espírito Santo vê a emergência de novos repertórios de ação coletiva nas manifestações rua de 2013. As novas estratégias recusaram as autoridades e lideranças tradicionais, criando uma dinâmica

---

<sup>6</sup> Saiba mais em Cassio Brancaloneo (2009). A experiência de autogoverno zapatista em questão. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires. Link: <http://cdsa.academica.org/000-062/2207.pdf> (acessado 19/02/2020)

descentralizada. A descentralização, longe de corresponder a uma desorganização ou despolitização, gerou uma alta capacidade de coordenação de assembleias e espaços de deliberação comum, algo que conferiu alta legitimidade para as ações.

A autora desmitifica a visão colocada por boa parte dos analistas que identificaram o *black bloc* como um grupo político específico. Além de desconstruir a visão de que ele é um grupo violento. Segundo Losekann (2014), o *black bloc* é uma tática que tem a função de proteger os manifestantes da polícia, exercendo ações apenas contra objetos.

A ação direta e a desobediência civil não buscam apenas chamar a atenção, mas construir uma política que incomode seus inimigos políticos. Nenhum político, banqueiro, empresário ou coronel ficará incomodado com milhares de pessoas pacíficas nas ruas (GELDERLOOS, 2009). Quando o Estado consegue legitimar seu controle no trajeto, horário de manifestações de rua ele passa a institucionalizar a revolta contra ele mesmo. Tudo fica previsto dentro de um roteiro, cada um tendo seu papel na divisão social do trabalho: o ativista profissional, o representante político, o motorista do carro de som, as gráficas impressão, a condor<sup>7</sup>, o policial, o jornalista, dentre outros profissionais envolvidos nesse espetáculo.

O pacifismo, a autoridade, a ideia política de vanguarda dirigente, a democracia liberal representativa são pilares essenciais que justificam a estrutura centralizadora comunicativa dos carros de som e palanques. O representante legal de um sindicato sabe que cumpre uma função social reconhecida pelo Estado e pela instituição sindical de sua categoria, por isso considera razoável ter um direito de fala maior do que os demais. Assim como um deputado, vereador ou qualquer tipo de representante institucional sabe que tem a autoridade garantida pela força do Estado e por isso, também acha razoável ter mais direito de fala do que os demais. O policial sabe que o Estado conferiu autoridade a ele para manter a "ordem", por isso acha razoável que ele mesmo possa decidir o trajeto da manifestação. Os representantes de direita ou esquerda institucional ou força policial se reconhecem numa mesma autoridade: a do Estado.

A ação direta é utilizada como uma política que rompe com a representação e a apatia, ela pode ser utilizada como um meio para diferentes fins. Na maior parte das vezes, os adeptos da tática *black bloc* buscam agir de maneira reativa. Normalmente o ataque da

---

<sup>7</sup> Fabricante brasileira de armas.

polícia, desencadeia ações diretas que visam efetuar danos às propriedades de corporações e instituições financeiras, assim como desmoralizar as forças repressivas, causando-lhes prejuízo material e simbólico. A tática busca em uma construção coletiva proteger o corpo da manifestação e ao mesmo tempo agir.

Alguns analistas e o próprio discurso dos integrantes da tática realçam seu caráter “reativo”, até porque a violência dos manifestantes sempre é mais visibilizada, assim como foram as ações da tática em defesa dos profissionais da educação em agosto e outubro de 2013 no Rio de Janeiro. Entretanto, percebemos em campo que em alguns casos a tática toma a iniciativa. Acreditamos que foi o caso da manifestação no dia 17 de junho na ALERJ. O confronto com a polícia naquele contexto foi uma ação direta que demonstra que diversos grupos estavam realmente dispostos a enfrentar o Estado, não só simbolicamente. As imagens dos manifestantes expulsando a polícia, diferente do que os analistas de esquerda e direita falaram, criou uma adesão muito maior a tática, principalmente porque ela apresentava uma possibilidade de vencer.

O ataque ao patrimônio público e privado se constituiu como um simbolismo performático. No período de 2013/2014 foi tão recorrente a quebra de vidraças de agências bancárias, que os bancos taparam suas vidraças de forma permanente com tapumes de madeira. No lugar da vitrine, esse lugar de propaganda, divulgação e provação de desejo consumista estava o tapume de madeira compensada. As ideias dos *black blocs* tomaram as vitrines e foram propagadas por essa “não-vitrine”. Era como uma classificação, toda empresa que se protegia com tapumes evidenciava sua posição de poder e sua rejeição. É inegável que parcela dos milhões de brasileiros endividados com os banqueiros agiotas sentiram satisfação ao ver a quebra de agências bancárias. Foi comum ver a pichação nas agências após as manifestações: “Esse banco quebra vidas”.

Em um sistema centrado em superávits e lucro nada mais eficaz do que atacar a propriedade privada e gerar prejuízos diretos e indiretos, já que além dos prejuízos materiais das vidraças e caixas eletrônicos, o conserto de uma agência bancária demora pelo menos um dia, causando mais prejuízo para o banco, é muito pouco perto do seu lucro, mas é o suficiente para incomodar. Para os integrantes da tática e os grupos que a compõem não é possível ser violento com objetos, apenas com seres vivos. Quando a propriedade é quebrada, o *black bloc* comunica que ela é bem menos importante do que uma vida ou do que a exploração que essas estruturas financeiras impõem na vida da maioria da população.

A tática *black bloc* coloca na agenda política da esquerda o debate sobre a violência política e expõe o conservadorismo da mesma. A forma como um grupo ou segmento define violência diz muito sobre ele. A classificação de violento frequentemente é utilizada como uma categoria moral, desprovida de critérios objetivos, elas se pautam na maioria das vezes, basicamente em uma moralidade que legitima a violência do Estado e busca criminalizar o lado mais fraco, o dos manifestantes. Há raríssimos casos em 2013/2014 onde policiais foram realmente feridos, algo extremamente desproporcional se comparado aos manifestantes, de modo que se dedicar intelectualmente para construir uma visão do *black bloc* como grupo violento constitui um auxílio à polícia. (GELDERLOOS, 2009). Quando um policial desce um cassetete sobre a cabeça de um *black bloc*, ele o faz com um amplo apoio que passa pelo governante de esquerda à grande mídia.

Cultivando formas participativas e inspiradas na democracia direta, esses movimentos perambularam pelo Centro do Rio de Janeiro, e por vezes na Zona Sul da cidade, causando prejuízo material e simbólico para grandes empresas e corporações. Sua ação de autodefesa ou ataque à polícia apresenta um modelo diversificado, que qualquer redução em tipologias seria reduzi-lo. Uma vez tendo que reduzi-lo a uma, seria o improviso.

Fazendo uma analogia com estilos musicais, a tática *black bloc* seria como um conjunto de jazz ou um samba de partido alto<sup>8</sup>, ela é moldada por elementos estruturais e estilos específicos, mas tem uma enorme capacidade de improvisação dentro de alguns limites. A tática engloba uma série de repertórios que podem incluir do confronto à caminha em círculos pela cidade. O *black bloc* está sempre apto ao elemento novo, modificando sua estratégia com certa rapidez, o improviso consiste exatamente nisso, uma adaptação orgânica e criativa as circunstâncias que se apresentam. O que gera uma vantagem com a polícia. A polícia, ainda na analogia com estilos musicais, seria a música clássica, ela é grande, pesada, depende da partitura e é altamente dependente do maestro para seguir. A polícia fica à mercê das ordens e segue um comportamento derivado de manuais da polícia do choque, uma versão muito mais violenta, mas ainda bastante previsível.

---

<sup>8</sup> “O Partido Alto é uma variação bem carioca do Samba. Nascido nos morros do Rio de Janeiro, é feito de cara para o povo cantar. Pode ser dividido em duas ou quatro estrofes nos cantos, sempre repetindo o mesmo refrão. Tocado com os instrumentos tradicionais do samba, tem nas palmas e no coro sua principal manifestação. Exige perícia da parte dos cantadores, pois muitos de seus versos são feitos na hora, de forma criativa e, de certa forma, de desafio, pois os participantes da roda são convidados a cantar o verso de acordo com o refrão da roda.” – trecho retirado do banco de dados Biblioteca de ritmos. Link: <https://www.bibliotecaderitmos.com.br/ritmo/partido-alto/> (acessado: 21/02/2020)

Ao longo de nossa pesquisa podemos constatar que parcela dos integrantes da tática *black bloc* haviam estudado o manual do choque. Ao pesquisarmos na internet sobre esses manuais, encontramos o artigo “Manuais de condutas de tropas de choque: fundamentos para a repressão”<sup>9</sup>, onde Costa (2017), identifica que o manual de técnicas e condutas policiais da tropa de choque apresenta “parcela considerável” da prática policial em suas representações e formas de codificar o mundo. O termo *black bloc* já está sendo empregado dentro dos manuais do choque. O manual da polícia militar de Goiás inclui diferentes tipologias de multidões, dentre elas a categoria 1.2.3: “expressiva”, que inclui pessoas que estão juntas por propósito em comum, como em um protesto. A outra categoria é a 1.2.4: “agressiva”, “que é composta por indivíduos que se unem com um propósito comum, são barulhentos, necessitando apenas de uma simulação mínima para desencadear violência”<sup>10</sup>, os dois exemplos que o manual dá são: os “*anonymous e black blocs*”<sup>11</sup>. O discurso que lê as manifestações de 2013 com a dualidade “vândalos x manifestantes”, legitima a prática policial de repressão. Qual tipologia será aplicada em corpos não-dóceis? Qual tipologia será utilizada em corpos pobres e negros? A análise política de 2013 que utiliza da categoria “turba” ou que realça características irracionais e violentas das multidões legitima a violência institucionalizada e organizado do Estado.

Retomando a dinâmica interna do *black bloc*, apesar da improvisação ser algo presente, ela se dá dentro de limites específicos. O bloco negro geralmente é formado ao longo da manifestação, em alguns casos apenas após início do ataque da polícia. Não existem comandos, alguns grupos de afinidade agem com mais planejamento entre si, mas a igualdade do anonimato coletivo cria um espaço de constante cooperação coletiva. Nem todos que se mascaram estão dispostos a enfrentar a polícia. Há uma divisão bastante orgânica, no caso do Rio de Janeiro, parte fica retirando pedras portuguesas, outra arranja materiais para servir de escudo, outros picham frases, entoam canções, fazem fogueiras. Outro ponto importante são as barricadas, quanto mais barricadas e quando maior ela for, mais fácil a fuga será, já que uma boa barricada impede o rápido avanço dos carros da polícia. Como diz a música frequentemente cantada pelos indivíduos e grupos adeptos da tática: “É barricada, greve geral, ação direta que derruba o capital.” Na música a barricada está lado à

---

<sup>9</sup> Costa, Leon Denis da Manuais de condutas de tropas de choque: fundamentos para repressão. São Paulo: Revista brasileira de Segurança Pública, 2017.

<sup>10</sup> Manual da Tropa de Choque da Polícia Militar do Estado de Goiás, 2018: página 61.

<sup>11</sup> IDEM.

lado com métodos de lutas valiosos historicamente para os anarquistas: greve geral e ação direta, demonstrando sua importância prática e simbólica.

O processo de decisão coletiva dentro da tática é complexo, vemos que os simpatizantes da tática buscam o consenso político. O consenso político, segundo Graeber (2015), pode ser resumido em alguns princípios, o primeiro é a igualdade de todos opinarem sobre um assunto e terem o direito de serem igualmente ouvidos, o segundo é que ninguém deve ser obrigado a seguir uma decisão que não concorde. Preocupações, possíveis perigos devem ser colocados, assim como “vetos” podem ser realizados caso alguma ação vá contra princípios coletivos básicos, como uma ação racista ou machista. O consenso é algo tão antigo quanto agrupamentos humanos. Utilizamos o consenso cotidianamente, quando vamos decidir qual filme veremos no cinema com nossos amigos, por exemplo, não fazemos uma votação e a maioria vence e determina, essa e muitas outras decisões coletivas são tomadas via consenso, via debate.

Em nenhum dos casos onde acompanhei as manifestações pude ver votações como formas de decidir algo. O grupo age com uma dinâmica mais rápida tendo em vista que um grupo que pretende desafiar a legalidade não pode perder muito tempo tomando decisões, embora haja debates entre grupos de afinidade ao decorrer da manifestação. Quando ocorre uma ação que desagrade o coletivo, como um *black bloc* que cede a provocação da polícia ou que vai para outro percurso isolado, ele geralmente é advertido em coro, por gritos coletivos, por conversas diretas, por microfone humano ou por comunicados que passam de boca em boca. A comunicação descentralizada permite o refinamento de processos políticos de consenso.

Esse processo de consenso se difere de uma assembleia, até porque seu objetivo na manifestação não é elaborar análises de conjuntura ou tomar grandes decisões. Elas partem do objetivo de comunicar possíveis ações e identificar problemas, sabotagens como policiais infiltrados, indicar mudança de trajeto e debater rapidamente o porquê, são decisões ao nível prático imediato. Um grupo quando opera por consenso ele busca criar, usando o termo de Graeber (2015), uma “síntese criativa” das propostas. A votação aqui seria inútil, se por exemplo, um grupo decide mudar o trajeto e atacar uma delegacia, mesmo que a ideia de uma votação nessa circunstância seja absurda, numa votação por maioria há possibilidade de 49% não concordar. Isso produziria uma divisão e uma diminuição da ação coletiva, até

porque nada obrigaria a esse grupo seguir os outros 51%, e nem deveria obrigar, se a perspectiva é a democracia.

Como Graeber (2015) indica, as eleições historicamente sempre foram associadas aos governos aristocráticos, a votação é a escolha do melhor, a democracia em que os *black blocs* se inspiram estão calcadas em outros paradigmas, que estão vinculados a ideia de consenso e síntese criativa, presente em incontáveis civilizações ao longo da história, de piratas do atlântico no século XVIII à comunidades indígenas no México no século XXI.<sup>12</sup>

O aprimoramento das técnicas de consenso é altamente dependente de formas de comunicação descentralizadas. Como os adeptos da tática vão as ruas dispostos ao enfrentamento, suas técnicas de comunicação utilizam os recursos do próprio corpo ou faixas, cartazes, escudos com frases, bandeiras, coisas sem grandes custos e de fáceis locomoção, há exceções de megafones e outras formas minoritárias. O *black bloc* por suas condições intrínsecas, deve ter um poder de mobilidade, além disso, ele sempre corre o risco de perder seus pertences para as forças policiais, ilegalmente ou sobre pretextos legais, não constituindo muita vantagem levar muitos equipamentos. A principal arma comunicativa da tática *black bloc* é sua voz, criatividade e improviso em ações coletivas.

Consideramos uma das técnicas mais características dos grupos e táticas horizontais o jogral. A tática *black bloc* utiliza essa técnica frequentemente nas manifestações no Rio de Janeiro, para diferentes fins, para informar a presença de policiais infiltrados, indicar táticas, formas, ações, assim como pequenos discursos. Lincoln Secco (2013) ao analisar as manifestações de 2013 em São Paulo identifica dois modelos distintos de comunicação: “A linguagem de cima é apelativa como a publicidade. A de baixo assemelha-se ao jogral, escolhido pelo MPL em contraposição ao tradicional uso de carros de som e palanques.” (SECCO, 2013. P.125)

Não é possível datar a origem do microfone humano ou jogral, podemos constar sua presença em diferentes culturas e manifestações. É uma solução que não demanda recursos técnicos, apenas a solidariedade. No Brasil podemos constar a presença do Jogral na capoeira, suas “ladainhas”, “chulas”, “corridos” ou “quadras”, onde um solista canta e o coro repete respondendo. É uma ação essencialmente coletivista, que visa a participação de todos

---

<sup>12</sup> “Se a história fosse escrita de forma fidedigna, me parece que a verdadeira origem do espírito democrático – e muito provavelmente de muitas instituições democráticas – reside justamente nesses espaços de improvisação fora do controle de governos e de igrejas organizadas” (GRAEBER, 2015, p. 183).

ativamente, gerando uma potência alta de voz, visibilizando um que é todos ao mesmo tempo. Seu discurso é coletivo, tem unidade e individualidade.

Notamos algo semelhante na ação do jogral. Algo que traduz a importância do jogral para a tática *black bloc* no Rio de Janeiro é a música criada nas próprias manifestações, “poder para o povo”, ela explora uma habilidade que os adeptos da tática desenvolveram em construir jograis, projetar discursos de forma orquestrada e coletiva. A música é caracterizada por ser cantada por um solista e um coro que repete: “Poder para o povo” (poder para o povo) e o poder do povo (e o poder do povo), vai fazer um mundo novo (vai fazer um mundo novo) Poder! (Poder!)”

A música é cantada em um formato de jogral, considero que o formato com que ela é cantada é tão ou mais relevante do que a letra da música. Uma pessoa que não conhece o formato com que ela é cantada, não consegue entrar no coro tão facilmente assim. Apenas o fato de que o grupo apresenta composições de músicas próprias demonstra um entrosamento e identidade. E quando se trata de multidões, orquestrar cantos em diferentes níveis é algo que indica que o jogral é um elemento forte na ação desses grupos. Outro ponto interessante é que praticamente qualquer pessoa pode ser o solista, isso se dá de forma muito orgânica. O contraste da pequenez do solista em relação a multidão realça o poder político gerado pela união daquelas pessoas. A voz da música é o solista (indivíduo) que atinge poucos decibéis e ao mesmo tempo é o coro (multidão) que fala mais alto e forte em coletivo.

A tática do microfone humano foi utilizada em manifestações de rua no período da ditadura e após pelo movimento estudantil, mas nas Diretas Já (1984) e nos Caras Pintadas (1992) tiveram pouco destaque. A tática foi muito difundida no fenômeno das manifestações-bloqueio em encontros dos gestores do capitalismo internacional, o que ficou conhecido como Ação Global dos povos. A Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) tiveram de enfrentar manifestações bloqueios, dispostas ao confronto para cancelar suas negociatas.

O movimento *Ocuppy Wall Street* nos EUA e o *movimento dos indignados* na Espanha tinham forte influência de uma política descentralizada, anti-hierárquica e por isto não institucionais, tinham como característica uma comunicação descentralizada. O *Ocuppy Wall Sreet*, por exemplo, teve como prática o microfone humano para o funcionamento das assembleias. Sua aplicação foi muito eficiente, sendo adotada por diversos grupos políticos

em ocupações e manifestações. A tática consiste em maximizar a voz de uma pessoa através da reprodução desta fala por um grande número de manifestantes.

Muitas das organizações que fizeram parte dessas manifestações tinham como guia a ação direta e formas autogestionárias. Organizações que se comunicaram entre si nas manifestações de forma semelhante à tática *black bloc* no Rio de Janeiro em 2013/2014.

O microfone humano ou jogral é baseado na repetição da voz de um manifestante por diversas pessoas, compondo assim uma corrente. Exemplo: no dia 07 de setembro de 2013, os manifestantes da tática *black bloc* estavam sofrendo revistas sistemáticas pela polícia, por meio do jogral se chegou ao consenso de formar um cordão de manifestantes ao redor do bloco negro, impedindo a entrada de policiais. Sua potencialidade reside na soma dos decibéis da garganta de cada ator político ali presente que esteja disposto a propagar algum discurso, no sentido radical (raiz) da palavra comunicação – do Latim *communicatio*, “Ato de repartir, de distribuir”.

O direito de voz é dado para qualquer um, entretanto, é preciso ressaltar que há um controle sobre o discurso de uma forma altamente democrática, já que se um manifestante tentar usar o microfone humano para um discurso impopular, ele terá pouquíssimas chances de ser reproduzido pelas pessoas ao redor, além de desmotivar discursos excessivamente longos. Esta prática demanda apenas a ajuda mútua e a organização horizontal, tática utilizada por organizações autônomas no levante de 2013/2014.

Outra forma descentralizada no levante de 2013/2014 foram as bicicletas equipadas com aparelhos de som e microfone aberto a qualquer pessoa que desejasse fazer uso. Dentro da perspectiva anarquista não faria sentido um carro de som mega potente, já que centralizaria a fala, as bicicletas de microfone aberto não ambicionam abranger um território muito extenso e sim em ajudar a desenvolver meios descentralizados de “transmissão” de informação.

A tática *black bloc* quebrou convenções nas manifestações de rua em 2013/2014 no Rio de Janeiro se caracterizando como um contra-espetáculo. Entre os dois modelos que observamos, a forma insurgente rompe com a dicotomia espectador/agente do espetáculo e por isso há um embate direto com o carro de som. Ela torna os manifestantes agentes ativos e responsáveis pela construção da manifestação de rua.

Romper com todo um roteiro conservado desde das “Diretas Já”, incomodou não só o governo, como a esquerda partidária. O uso da tática recebeu muitas críticas da esquerda, esse fato evidenciou os limites da própria esquerda institucional. O discurso visava conservar formas de manifestações de rua que já não cabem da mesma forma que nas “Diretas já!”.

A rejeição ao *black bloc* envolve um espectro político amplo, que vai da mídia corporativa à esquerda oficial. Esse amplo espectro político criou uma imagem do *black bloc* que o associa à destruição de forma caótica e sem objetivo. Analisando de forma atenta, podemos ver que a tática *black bloc* apresenta uma alta organização, fundamentada em pressupostos políticos e teóricos fundamentais de um pensamento democrático radical, e porque não, anarquista. As organizações anarquistas não foram centrais, mas seus princípios de igualdade política e ação estavam presentes com a articulação de coletivos e grupos de afinidade.

Esses princípios de igualdade e ação política geraram formas emergentes de se portar nas manifestações. O conflito com o carro de som evidencia esse confronto entre modelos distintos de comunicação. Esse conflito é uma ótima oportunidade para reflexão daqueles que buscam a transformação social. A tática *black bloc* nos convida a refletir sobre como as práticas de um determinado grupo devem refletir sua base de princípios, assim como afirma Paulo Freire (2003, p. 61): “É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática.”

## Conclusão

O direito a voz em uma manifestação não pode se basear na quantidade de dinheiro que sua organização dispõe para caixas de som potentes, isso reproduz uma lógica de pensamento liberal capitalista, fundamentada na competição e no dinheiro. A lógica de mercado trabalha para que a terceirização da saúde, do transporte, da educação seja algo aceitável assim como a terceirização dos nosso direito à voz, um direito fundamental e intransferível. Representar alguém pressupõe a ausência do mesmo, fazer presente quem está ausente. O povo está presente nas ruas, não é preciso representação, é preciso construção coletiva.

O carro de som implica altos gastos monetários e cria uma estrutura que exclui todos os demais manifestantes que não participam da direção partidária ou sindical garantindo o monopólio da fala aos proprietários do carro de som e/ou seus clientes que do alto tentam

determinar as pautas e direções do movimento. A fabricação de líderes é um meio de controle social do Estado, se não houver um, este rapidamente criará algum representante.

O horizontalismo das ações de 2013/2014 foi um componente que motivou a rejeição e até mesmo o embate com os carros de som de alta potência. A demanda eleitoral por novos representantes e a chance de se projetar politicamente como um negociador direto com o Estado motivou estas organizações a projetar seus discursos em maior potência do que os outros manifestantes, que na maioria das vezes detém apenas o poder de sua voz.

Ao nosso ver, o conflito com o carro de som apresenta um indicio de uma modificação das formas de se manifestar. De um manifestante apático, para um manifestante ativo que busca a construção política direta por meio de múltiplas táticas, a maioria destas podem ser encontradas condensadas na tática *black bloc*. A tática é uma forma de manifestar que busca incomodar, desafiando leis injustas e por vezes atacando diretamente inimigos políticos por meio da destruição de seus patrimônios.

Nem todos devem estar dispostos a integrar a tática *black bloc*, se tratando de uma manifestação quanto mais grupos e táticas, mais impacto político terá a mobilização, assim como mais capacidade de resistir. O discurso pacifista que deslegitimou a ação *black bloc* no levante de 2013/2014, na maioria dos casos, são referentes à grupos que não utilizam nenhuma tática de resistência, o pacifismo não pode ser confundido com conformismo. Além disso, se a preocupação central é resistir e pressionar o Estado é muito melhor que pessoas estejam lutando do que apáticas e indiferentes.

A tática *black bloc* fomenta o debate sobre técnicas alternativas de comunicação de discursos, formas estas que não privilegiem um determinado segmento da manifestação nem que demande grandes orçamentos. O *black bloc* expõe debates sobre violência política e sobretudo à respeito da política prefigurativa, torna-se urgente que a igualdade, da qual as mais variadas linhas políticas elogiam, seja aplicada nas próprias ações e modos de reivindicação.

Uma manifestação de rua que visa incomodar rompendo com a legalidade ou não, deve buscar uma construção política objetiva e não somente um fortalecimento simbólico, discursivo ou eleitoral. Os métodos de luta emergentes no levante de 2013/2014 e seus embates com formas tradicionais nos possibilitam ver que a repressão política cria extensões dentro do próprio corpo da manifestação, processos bem mais sofisticados que a polícia. Compreendemos que o discurso da “minoría de vândalos” legitima a ação violenta da polícia

sobre todas e todos manifestantes, o conceito de “turba” é aplicado sob critérios arbitrários das forças policiais e seus governantes.

O modelo insurgente ao agir produziu uma série de debates que não ficaram restritos ao meio não institucionalizado, modificando a forma como manifestantes em geral passaram a ver protestos nas ruas, integrantes da base das mais variadas organizações tem demonstrado insatisfação com estruturas de espetáculo. Um caso interessante de análise foi a prisão do ex presidente Lula. Manifestantes da base do partido ocuparam as redondezas do prédio do Sindicato dos Metalúrgicos em São Paulo em 2018, onde estava o representante. O objetivo da base era claramente cercar Lula e impedir sua prisão por meio da ocupação do espaço. Entretanto, os líderes do partido utilizaram o carro de som para dissuadir a base da ideia de resistência, o próprio Lula afirmou, “Eu não estou acima da Justiça. Se eu não acreditasse nela, eu não tinha feito um partido político.” Até mesmo os partidos que interpretam 2013/2014 como reacionário foram influenciados por métodos de luta que esse levante apresentou.

Em suma, o levante de 2013/2014 fomentou uma forma de se manifestar insurgente que rompeu a com a dicotomia entre base e direção. As estruturas herdadas das Diretas Já e dos caras pintadas apresentaram uma decadência e uma crise de legitimidade em 2013/2014, sintomas de uma rejeição à falsa democracia que se instaura no Brasil. Esses repertórios de ação ampliaram significativamente o horizonte político das manifestações de rua apresentando um protesto construído coletivamente e diversificado em sua ação.

## Bibliografia

ANISTIA INTERNACIONAL. Um Legado de Violência – homicídios praticados pela polícia e repressão a protestos na Olimpíada Rio 2016. Rio de Janeiro. 2016 Disponível no link: <https://anistia.org.br/direitos-humanos/publicacoes/legado-de-violencia-homicidios-pela-policia-e-repressao-protestos-na-olimpiada-rio-2016/> (acessado em 22/05/2020)

BLOCH, Marc. *Para uma História Comparada das sociedades europeias: História e Historiadores*. Lisboa: Teorema, 1998.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança – movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHOMSKY, Noam. *Mídia - Propaganda política e manipulação*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro. 2014. Disponível no link: [https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014\\_web.pdf](https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf) (Acessado em 21/05/2020)

COSTA, Leon Denis da. Manuais de condutas de tropas de choque: fundamentos para repressão. Revista brasileira de Segurança Pública. V.II nº2, 2017.

DUPUIS-DÉRI, Francis. *Black Blocs*. São Paulo: Veneta, 2014.

DUPUIS-DÉRI, Francis. *black blocs: abaixo às máscaras*. São Paulo: Revista Verve, V nº30, 2016.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GELDERLOOS, Peter.. *Como a Não Violência Protege o Estado* – Editora Deriva, 2009.

GOMES, Simone da Silva Ribeiro. *Com, contra e para além da violência policial*. 2014 . Disponível em: <http://uninomade.net/tenda/com-contra-e-para-alem-da-violencia-policial/> (acessado 25/02/2020)

GORDON, Uri .*Anarquia viva! Política antiautoritária da prática para a teoria*. Porto Alegre: Editora Subta, 2015.

GRAEBER, David. *A respeito da violenta polícia da paz – uma carta aberta a Chris Hedges*. Revista da Biblioteca Terra Livre, V.I, 2002.

GRAEBER, David. *Um Projeto de democracia – uma história, uma crise, um movimento*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

JOURDAN, Camila. *2013: memórias e resistências*. Rio de Janeiro: Circuito, 2018.

LOSEKANN, Cristiana. *Os protestos de 2013 na cidade de Vitória/ES: #resistir, resistir até o pedagogo cair!* In: ROSA, Soraia Mendes da (Org.). *País mudo não muda! As manifestações de junho de 2013 na visão de quem vê o mundo para além dos muros da academia*. Brasília: IDP. v. I, 2014, p. 26-38.

LUDD, Ned. *Urgência das ruas: Black Bloc, Reclaim The Streets e os Dias de Ação Global*. São Paulo: Corand, 2002.

MORAES, Wallace de. *Governados por quem? Diferentes plutocratas nas histórias políticas de Brasil e Venezuela*. Curitiba: Editora Prismas, 2018a.

MORAES, Wallace. 2013 – *Revolta dos governados: ou pra quem esteve presente, revolta do vinagre*. Rio de Janeiro: WSM Edições, 2018b.

NERY, Vanderlei Elias. *A campanha Diretas Já e a transição brasileira*. Revista Lutas Sociais. V. 18, n. 32, 2014.

OLIVEIRA, S. D. P.; Marinho, M. G. S. M. C. *Diretas Já, um movimento social híbrido*. Revista Debates, v. 6, n. 3, 2012.

ROLNIK, Raquel. *Megaeventos: direito à moradia em cidades à venda*. . In\_\_ *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?* Org. Andrew Jennings, Raquel Rolnik, Antonio Lassance. 1- ed.- São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014, p.65-71.

SECCO, Lincoln. *As jornadas de junho*. In\_\_ *Cidades Rebeldes – O Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p.124-138.

SEOANE, José. Movimientos sociales y recursos naturales en América Latina: resistencias al neoliberalismo, configuración de alternativas Sociedade e Estado. Revista Soc.estado, vol. 21, Nº1, 2006.

SOLANO, Esther; MANSO, Bruno Paes; NOVAES, William. *Mascarados: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc*. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

WALTER, Nicolas. *Do anarquismo*. São Paulo: Editora Imaginário, 2000.

